



GT 008. Antropologia da cidadania

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (PPGEF/UNIFAP) - Coordenador/a, Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Lenin dos Santos Pires (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Juliana Gonçalves Melo (Professora adjunta IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - Debatedor/a

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre 'direitos', 'cidadania', 'igualdade' e 'justiça'. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a 'cidadania' como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a 'cidadania' é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre 'cidadania'.

Que cidadania para que povo? Dissidências de gênero, sexualidade e raça e o acesso à direitos humanos no Brasil contemporâneo

Autoria: Vitor Pinheiro Grunvald

Neste artigo pretendo pensar alguns aspectos das teorias da cidadania e dos direitos humanos quando vistos a partir de corpos marcados por dissidências de gênero, sexualidade e raça para evidenciar o processo de distribuição diferencial de direitos e acesso à cidadania e problematizar a existência de um sujeito de direito universal, liberal e incorporal. Movimentos sociais ligados às questões de gênero, sexualidade e raça tem insistido no processo de corporificação da política através de uma negação do sujeito abstrato do direito ocidental. Ademais, a partir dessa perspectiva, o espaço público como espaço democrático da política e do encontro entre pares – aqueles pares que a noção de cidadãos com direitos iguais perante a lei supõe – já se coloca, portanto, como resultado da instauração de uma determinada práxis e de uma linguagem a ela associada a partir de um processo que Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1986) chamam de 'exclusão constitutiva' por meio da qual qualquer noção particular de inclusão é estabelecida. Coletivos artivistas de inspiração queer e interseccional como A Revolta da Lâmpada serão etnograficamente trazidos à discussão para sugerir que a 'lampadada' realizada por inspiração homofóbica e que serve de marcação ao nome do grupo foi apenas mais uma materialização dessa violência que é, em muitos sentidos, também distribuída diferencialmente entre quem conta e quem não conta como 'sociedade' e como 'povo'. Trata-se de postular, como o faz Judith Butler em seu *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de Assembléia*, que as noções de povo e sociedade são antes performativas que entidades com



suposta natureza dada enquanto coletividade e que os “espaços de aparição” da teoria arendtiana se construíram historicamente justamente a partir da exclusão de corpos e sujeitos tomados como proto ou infrasociais? o que, simultaneamente, “desconsidera e desvaloriza estas [outras] formas de agência política que emergem precisamente nesses domínios considerados pré-políticos ou extra-políticos?” (2011), onde poderíamos, a propósito, colocar a própria arte e as investidas recentes do ativismo político. Essas reflexões, portanto, permitem recuperar questões já elaboradas por conceitos como os de necropolítica (Achille Mbembe) e homo sacer (Giorgio Agamben) para pontuar que cidadania e violência são coexistências políticas e não princípios excludentes de ação social, para além ou aquém do propõe certa teoria política clássica que, tal como discutido por autoras/es como Renato Janine Ribeiro e Vera da Silva Telles, associa, de maneira inexorável, democracia e exercício da palavra não violenta.



Realização:



Apoio:



Organização:

